PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO FELIZ
ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete do Prefeito

Rua Adhemar de Barros, 340 – Centro – Porto Feliz/SP
Tel. (15) 3261-9009 – www.portofeliz.sp.gov.br

Porto Feliz, 30 de abril de 2025.

Ofício nº 172/2025 – GP

Senhora Presidente,

Encaminhamos a V. Exª., para apreciação e posterior deliberação por essa Casa de Leis, o Projeto de Lei da LDO que dispõe sobre as Diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2026.

Referido projeto segue devidamente instruído com os anexos e demonstrativos contábeis que serão parte integrante da LDO 2026.

Sendo o que nos apresenta para o momento, reiteramos protestos de estima e consideração.

Célio Peixoto dos Santos
Prefeito Municipal

Exma. Sra.
Roselene Maria de Souza dos Santos
DD. Presidente da Câmara de Vereadores
Nesta

Assinado por 1 pessoa: CÉLIO PEIXOTO DOS SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://portofeliz.1doc.com.br/verificacao/44AA-5590-B947-BA71 e informe o código 44AA-5590-B947-BA71

PROJETO DE LEI _____/2025

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CAPÍTULO I
DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 1º Ficam estabelecidas, para elaboração do Orçamento do Município, relativo ao exercício de 2026, as Diretrizes Gerais de que trata este Capítulo, em conformidade com os princípios estabelecidos na Constituição Federal, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei de Responsabilidade Fiscal, na Lei Orgânica do Município e nas recentes Portarias editadas pelo Governo Federal.

Parágrafo único. As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício de 2026, serão as constantes do anexo da proposta do Plano Plurianual para o quadriênio 2026-2029, que será encaminhado ao Legislativo até 31 de agosto de 2025.

Art. 2º A estrutura orçamentária que servirá de base para a elaboração do orçamento para o exercício de 2026 será estabelecida na proposta do Plano Plurianual para o quadriênio 2026-2029, que será encaminhado ao Legislativo até 31 de agosto de 2025.

Art. 3º As unidades orçamentárias, quando da elaboração de suas propostas parciais, deverão atender a estrutura orçamentária e as determinações emanadas pelos setores competentes da área.

Art. 4º A proposta orçamentária, que não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e a fixação da despesa, face à Constituição Federal e à Lei de Responsabilidade Fiscal, atenderá a um processo de planejamento permanente, à descentralização e à participação comunitária.

CAPÍTULO II
DAS METAS FISCAIS

Art. 5º As metas de resultados fiscais do Município para o exercício de 2026 são as estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, integrante desta lei, desdobrado em:

Tabela 1 - Metas Anuais;
Tabela 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
Tabela 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
Tabela 4 - Evolução do Patrimônio Líquido;
Tabela 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
Tabela 6 – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do R.P.P.S;
Tabela 7 - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
Tabela 8 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Assinado por 1 pessoa: CÉLIO PEIXOTO DOS SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://portofeliz.1doc.com.br/verificacao/44AA-5590-B947-BA71 e informe o código 44AA-5590-B947-BA71

CAPÍTULO III
DOS RISCOS FISCAIS

Art. 6º Os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas estão avaliados no Anexo de Riscos Fiscais, integrante desta lei, detalhado no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, no qual são informadas as medidas a serem adotadas pelo Poder Executivo caso venham a se concretizar.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, consideram-se passivos contingentes e outros riscos fiscais, possíveis obrigações presentes, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob controle do Município.

CAPÍTULO IV
DA RESERVA DE CONTIGÊNCIA

Art. 7º A lei orçamentária conterá reserva de contingência para atender a possíveis passivos contingentes e outros riscos, eventos fiscais imprevistos e Emendas de Vereadores.

§ 1º A reserva de contingência será fixada em no máximo 0,5 % (meio por cento) da receita corrente líquida e sua utilização dar-se-á mediante créditos adicionais abertos à sua conta e 0,8% (oito décimos por cento) para atendimento das Emendas Impositivas apresentadas pelos Vereadores.

§ 2º Na hipótese de ficar demonstrado que a reserva de contingência não precisará ser utilizada, no todo ou em parte, para sua finalidade, o saldo poderá ser destinado à abertura de créditos adicionais para outros fins, a partir do dia 1º de outubro.

CAPÍTULO V
DO EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS E DA APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS ÀS EMENDAS DE VEREADOR

Art. 8º Na elaboração da lei orçamentária e em sua execução, a Administração buscará ou preservará o equilíbrio das finanças públicas, por meio da gestão das receitas e das despesas, dos gastos com pessoal, da dívida e dos ativos, sem prejuízo do cumprimento das vinculações constitucionais e legais e da necessidade de prestação adequada dos serviços públicos, tudo conforme os objetivos programáticos estabelecidos na proposta do Plano Plurianual para o quadriênio 2026-2029.

Art. 9º O Poder Executivo apropriará recursos orçamentários específicos para destinação às Emendas de Vereador, cumprindo as disposições do Artigo 121-A da Lei Orgânica do Município de Porto Feliz/SP.

CAPÍTULO VI
DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO, METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO E LIMITAÇÃO DE EMPENHO

Assinado por 1 pessoa: CÉLIO PEIXOTO DOS SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://portofeliz.1doc.com.br/verificacao/44AA-5590-B947-BA71 e informe o código 44AA-5590-B947-BA71

Art. 10 Até trinta dias após a publicação da lei orçamentária, o Poder Executivo e suas entidades da Administração Indireta estabelecerão a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas com a previsão de ingresso das receitas.
Parágrafo único. O repasse de recursos financeiros do Executivo para o Legislativo fará parte da programação financeira, devendo ocorrer na forma de duodécimos a serem pagos até o dia 20 de cada mês.

Art. 11 No prazo previsto no *caput* do art. 9º, o Poder Executivo e suas entidades da Administração Indireta estabelecerão as metas bimestrais de arrecadação das receitas estimadas, com a especificação, em separado, quando pertinente, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e dos valores de ações ajuizadas para a cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários e não tributários passíveis de cobrança administrativa.

§ 1º Na hipótese de ser constatada, após o encerramento de cada bimestre, frustração na arrecadação de receitas capaz de comprometer a obtenção dos resultados fixados no Anexo de Metas Fiscais, por atos a serem adotados nos trinta dias subsequentes, a Câmara Municipal, a Prefeitura e as entidades da Administração Indireta determinarão, de maneira proporcional, a redução verificada e de acordo com a participação de cada um no conjunto das dotações orçamentárias vigentes, a limitação de empenho e de movimentação financeira, em montantes necessários à preservação dos resultados fiscais almejados.

§ 2º O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, para as providências deste, o correspondente montante que lhe caberá na limitação de empenho e na movimentação financeira, acompanhado da devida memória de cálculo.

§ 3º Na limitação de empenho e movimentação financeira, serão adotados critérios que produzam o menor impacto possível nas ações de caráter social, particularmente nas de educação, saúde e assistência social.

§ 4º Não serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira as dotações destinadas ao pagamento do serviço da dívida e de precatórios judiciais.

§ 5º Também não será objeto de limitação e movimentação financeira, desde que a frustração de arrecadação de receitas verificada não as afete diretamente, as dotações destinadas ao atingimento dos porcentuais mínimos de aplicação na saúde e no ensino e as decorrentes de outros recursos vinculados.

§ 6º A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotada na hipótese de ser necessária a redução de eventual excesso da dívida consolidada, obedecendo-se ao que dispõe o art. 31 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 7º Em face do disposto nos §§ 9º, 11 e 17 do art. 166 da Constituição, a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o § 1º deste artigo também incidirá

Assinado por 1 pessoa: CÉLIO PEIXOTO DOS SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://portofeliz.1doc.com.br/verificacao/44AA-5590-B947-BA71 e informe o código 44AA-5590-B947-BA71

sobre o valor das emendas individuais eventualmente aprovadas na lei orçamentária anual.

§ 8º Na ocorrência de calamidade pública, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação, nos termos do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 9º A limitação de empenho e movimentação financeira poderá ser suspensa, no todo ou em parte, caso a situação de frustração na arrecadação de receitas se reverta nos bimestres seguintes.

CAPÍTULO VII
DAS DESPESAS COM PESSOAL

Art. 12 Desde que respeitados os limites e as vedações previstos nos artigos 20 e 22 parágrafos único, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, fica autorizado o aumento da despesa com pessoal para:

I - concessão de vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estruturas de carreiras;
II - admissão de pessoal ou contratação a qualquer título.

§ 1º Os aumentos de despesa de que trata este artigo somente poderão ocorrer se houver:

I - prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;
II - lei específica para as hipóteses previstas no inciso I, do *caput*;
III - no caso do Poder Legislativo, observância aos limites fixados nos artigos 29 e 29-A da Constituição Federal.

§ 2º Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de que trata o art. 22, parágrafo único, da Lei Complementar federal nº 101/2000, a contratação de horas extras fica vedada, salvo:

I – no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição Federal;
II – nas situações de emergência e de calamidade pública;
III - para atender às demandas inadiáveis da atenção básica da saúde pública;
IV - para manutenção das atividades mínimas das instituições de ensino;
V - nas demais situações de relevante interesse público, devida e expressamente autorizadas pelo respectivo Chefe do Poder.

CAPÍTULO VIII
DOS NOVOS PROJETOS

Assinado por 1 pessoa: CÉLIO PEIXOTO DOS SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://portofeliz.1doc.com.br/verificacao/44AA-5590-B947-BA71 e informe o código 44AA-5590-B947-BA71

Art. 13 A lei orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

§ 1º A regra constante do *caput* aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

§ 2º Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja alocação de recursos orçamentários esteja compatível com os respectivos cronogramas físico-financeiros pactuados e em vigência.

CAPÍTULO IX
DO ESTUDO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Art. 14 Para os fins do disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, consideram-se irrelevantes as despesas com aquisição de bens ou de serviços e com a realização de obras e serviços de engenharia, até os valores de dispensa de licitação estabelecidos, respectivamente, nos incisos I e II do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

CAPÍTULO X
DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A PESSOAS FÍSICAS E A PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

Art. 15 Observadas as normas estabelecidas pelo artigo 4º, I, "f" e pelo artigo 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, para dar cumprimento aos programas e às ações aprovadas pelo Legislativo na Lei Orçamentária, fica o Executivo Municipal autorizado, por lei específica, a destinar recursos para cobrir, direta ou indiretamente, necessidades de pessoas físicas desde que em atendimento à recomendação expressa de unidade competente da Administração.

Parágrafo único. De igual forma ao disposto no *caput* deste artigo, tendo em vista o relevante interesse público envolvido e de acordo com o estabelecido em lei, poderão ser destinados recursos para a cobertura de déficit de pessoa jurídica.

Art. 16 Será permitida a transferência de recursos às entidades privadas sem fins lucrativos, por meio de auxílios, subvenções ou contribuições, desde que observadas as exigências e condições contidas na Lei Federal nº 4.320/64, nos artigos 4º, I, "f" e 26, da Lei de Responsabilidade Fiscal, nas Leis Federais números 14.133/2021, 9.637/98, 9.790/99 e 13.019/14, bem como nas demais legislações pertinentes.

I - apresentação de programa de trabalho a ser proposto pela beneficiária;
II - demonstrativo e parecer técnico evidenciando que a transferência de recursos representa vantagem econômica para o órgão concessor, em relação a sua aplicação direta;
III - justificativas quanto ao critério de escolha do beneficiário;

Assinado por 1 pessoa: CÉLIO PEIXOTO DOS SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://portofeliz.1doc.com.br/verificacao/44AA-5590-B947-BA71 e informe o código 44AA-5590-B947-BA71

IV - em se tratando de transferência de recursos não contemplada inicialmente na lei orçamentária, declaração quanto à compatibilização e adequação aos artigos 15 e 16 da Lei Complementar Federal n° 101/2000;
V - vedação à redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não.
VI - apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação e inexistência de prestação de contas rejeitada;
VII - cláusula de reversão patrimonial, válida até a depreciação integral do bem ou a amortização do investimento, constituindo garantia real em favor do concedente em montante equivalente aos recursos de capital destinados à entidade, cuja execução ocorrerá caso se verifique desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos.

§ 1º A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, atenderá as entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura.

§ 2º As contribuições somente serão destinadas a entidades sem fins lucrativos que não atuem nas áreas de que trata o parágrafo primeiro deste artigo.

§ 3º A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam de atendimento direto e gratuito ao público.

Art. 17 As transferências financeiras a outras entidades da Administração Pública Municipal serão destinadas ao atendimento de despesas decorrentes da execução orçamentária, na hipótese de insuficiência de recursos próprios para sua realização.

Parágrafo único. Os repasses previstos no *caput* serão efetuados em valores decorrentes da própria lei orçamentária anual e da abertura de créditos adicionais, suplementares e especiais, autorizados em lei, e dos créditos adicionais extraordinários.

Art. 18 Mediante lei específica aprovada pelo Legislativo ficará o Executivo Municipal autorizado a arcar com as despesas de competência de outros entes da Federação, se estiverem firmados os respectivos convênios, ajustes ou congêneres, se houver recursos orçamentários e financeiros disponíveis, ainda que seja o caso de competências comuns com outros Municípios, com o Estado e com a União.

CAPÍTULO XI
DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E DA RENÚNCIA DE RECEITAS

Art. 19 Nas receitas previstas na lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos das propostas de alterações na legislação tributária, inclusive quando se tratar de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

Assinado por 1 pessoa: CÉLIO PEIXOTO DOS SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://portofeliz.1doc.com.br/verificacao/44AA-5590-B947-BA71 e informe o código 44AA-5590-B947-BA71

Art. 20 O Poder Executivo poderá enviar à Câmara Municipal projetos de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

I - revisão das taxas, objetivando sua adequação ao custo dos serviços prestados;
II - modificação nas legislações do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, do Imposto sobre a Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos e do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, com o objetivo de tornar a tributação mais eficiente e mais justa;
III - aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança e arrecadação dos tributos municipais, objetivando a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, além da racionalização de custos e recursos em favor do Município e dos contribuintes.

Art. 21 A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita só serão promovidas se observadas as exigências do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, devendo os respectivos projetos de lei ser acompanhados dos documentos ou informações que comprovem o atendimento do disposto no *caput* do referido dispositivo, bem como do seu inciso I ou II.

CAPÍTULO XII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22 O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária de 2026 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura funcional e programática, expressa por categoria de programação, inclusive os títulos, os objetivos, os indicadores e as metas, assim como o respectivo detalhamento por grupos de natureza de despesa e por modalidades de aplicação.

Parágrafo único. A transposição, a transferência ou o remanejamento não poderão resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na lei orçamentária de 2026 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, adequação da classificação funcional e do programa de gestão, manutenção e serviço ao município ao novo órgão.

Art. 23 Fica o Poder Executivo autorizado a transpor, remanejar ou transferir recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, em até 5% das despesas aprovadas na Lei Orçamentária Anual, conforme Artigo 167 da Constituição Federal.

Parágrafo único - Para os fins deste artigo, considera-se como categoria de programação: a função, a sub-função, o programa, a atividade, o projeto, a operação especial e a categoria econômica.

Assinado por 1 pessoa: CÉLIO PEIXOTO DOS SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://portofeliz.1doc.com.br/verificacao/44AA-5590-B947-BA71 e informe o código 44AA-5590-B947-BA71

Art. 24 As informações gerenciais e as fontes financeiras agregadas nos créditos orçamentários serão ajustadas diretamente pelos órgãos contábeis do Executivo e do Legislativo para atender às necessidades da execução orçamentária.

Art. 25 A Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária e a remeterá ao Executivo até o dia 30 de agosto de 2025.

§ 1º O Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até trinta dias antes do prazo fixado no *caput*, os estudos e as estimativas das receitas para os exercícios de 2026 e 2029, inclusive da receita corrente líquida, acompanhados das respectivas memórias de cálculo, conforme estabelece o art. 12 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 2º A solicitação da Mesa da Câmara ao Chefe do Executivo para o envio de projeto de lei versando sobre abertura de crédito adicional suplementar ou especial lastreado apenas em anulação de dotações do Legislativo, será atendida pelo Prefeito Municipal em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data do protocolo.

Art. 26 Não sendo encaminhado o autógrafo do projeto de lei orçamentária anual até a data de início do exercício de 2026, fica o Poder Executivo autorizado a realizar a proposta orçamentária até a sua conversão em lei, na base de 1/12 (um doze avos) em cada mês.

§ 1º Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da lei orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

§ 2º Na execução das despesas liberadas na forma deste artigo, o ordenador de despesa deverá considerar os valores constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2021 para fins do cumprimento do disposto no art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 3º Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao projeto de lei dos orçamentos no Poder Legislativo e do procedimento previsto neste artigo serão ajustados, excepcionalmente, por decreto do Poder Executivo, após a publicação da lei orçamentária.

§ 4º Ocorrendo à hipótese deste artigo, as providências de que tratam os artigos 7º e 8º serão efetivadas até o dia 30 de janeiro de 2026.

Art. 27 As despesas empenhadas e não pagas até o final do exercício de 2026 serão inscritas em restos a pagar, processados e não processados, que serão pagos até 31 de dezembro do ano subsequente, respeitadas as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal e as instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Art. 28 Esta Lei entra em vigor em primeiro de janeiro de 2026 revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO FELIZ, 30 DE ABRIL DE 2025.

Assinado por 1 pessoa: CÉLIO PEIXOTO DOS SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://portofeliz.1doc.com.br/verificacao/44AA-5590-B947-BA71 e informe o código 44AA-5590-B947-BA71

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 44AA-5590-B947-BA71

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

CÉLIO PEIXOTO DOS SANTOS (CPF 369.XXX.XXX-64) em 30/04/2025 14:16:17 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://portofeliz.1doc.com.br/verificacao/44AA-5590-B947-BA71

Município de Porto Feliz - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2026

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art 4º, § 1º) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2026				2027				2028			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	% RCL (a/RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	% RCL (b/RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100	% RCL (c/RCL) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	522.864.070,07	500.348.392,41	###	100,290	546.392.953,22	502.753.913,53	###	100,290	570.980.636,11	506.241.895,96	###	100,290
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	502.709.455,52	481.061.679,92	###	96,424	525.331.381,02	483.374.476,46	###	96,424	548.971.293,17	486.728.009,16	###	96,424
Receitas Primárias Correntes	502.709.455,52	481.061.679,92	###	96,424	525.331.381,02	483.374.476,46	###	96,424	548.971.293,16	486.728.009,15	###	96,424
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	180.385.641,47	172.617.838,73	###	34,599	188.502.995,34	173.447.732,19	###	34,599	196.985.630,13	174.651.069,70	###	34,599
Transferências Correntes	282.021.664,05	269.877.190,48	###	54,094	294.712.638,93	271.174.676,97	###	54,094	307.974.707,68	273.056.019,88	###	54,094
Demais Receitas Primárias Correntes	40.302.150,00	38.566.650,72	###	7,730	42.115.746,75	38.752.067,31	###	7,730	44.010.955,35	39.020.919,57	###	7,730
Receitas Primárias de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	522.477.439,18	499.978.410,70	###	100,216	545.988.923,94	502.382.153,05	###	100,216	570.558.425,52	505.867.556,32	###	100,216
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	519.432.439,18	497.064.535,10	###	99,631	542.806.898,94	499.454.268,44	###	99,631	567.233.209,40	502.919.358,76	###	99,631
Despesas Primárias Correntes	477.798.574,18	457.223.515,96	###	91,646	499.299.510,02	459.421.705,94	###	91,646	521.767.987,97	462.609.060,23	###	91,646
Pessoal e Encargos Sociais	195.280.777,65	186.871.557,56	###	37,456	204.068.412,64	187.769.978,51	###	37,456	213.251.491,21	189.072.680,23	###	37,456
Outras Despesas Correntes	282.517.796,53	270.351.958,40	###	54,189	295.231.097,37	271.651.727,43	###	54,189	308.516.496,76	273.536.380,01	###	54,189
Despesas Primárias de Capital	41.633.865,00	39.841.019,14	###	7,986	43.507.388,93	40.032.562,50	###	7,986	45.465.221,43	40.310.298,53	###	7,986
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita Total (COM FONTES RPPS)	60.000.150,00	57.416.411,48	###	11,509	62.700.156,75	57.692.451,92	###	11,509	65.521.663,80	58.092.707,90	###	11,509
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	60.000.150,00	57.416.411,48	###	11,509	62.700.156,75	57.692.451,92	###	11,509	65.521.663,80	58.092.707,90	###	11,509
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	39.600.750,00	37.895.454,55	###	7,596	41.382.783,75	38.077.644,23	###	7,596	43.245.009,02	38.341.817,52	###	7,596
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	39.600.750,00	37.895.454,55	###	7,596	41.382.783,75	38.077.644,23	###	7,596	43.245.009,02	38.341.817,52	###	7,596
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	(16.722.983,66)	(16.002.855,18)	###	(3,208)	(17.475.517,92)	(16.079.791,98)	###	(3,208)	(18.261.916,23)	(16.191.349,60)	###	(3,208)
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) +	3.676.416,34	3.518.101,76	229.776.021,250	0,705	3.841.855,08	3.535.015,72	###	0,705	4.014.738,55	3.559.540,77	###	0,705
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Pública Consolidada (DC)	10.000.000,00	9.569.377,99	625.000.000,000	1,918	9.000.000,00	8.281.192,49	###	1,652	8.000.000,00	7.092.946,61	###	1,405
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	1.000.000,00	956.937,80	62.500.000,000	0,192	1.000.000,00	920.132,50	###	0,184	1.000.000,00	886.618,33	###	0,176

PARÂMETROS	2026	2027	2028
PIB Nominal	1,60	1,60	1,60
Receita Corrente Líquida - RCL	521.353.855,07	544.814.778,55	569.331.443,58

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 30/Abr/2025, 12h e 06m.

Assinado por 2 pessoas: LEONARDO VIEIRA DA ROCHA e CÉLIO PEIXOTO DOS SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://portofeliz.1doc.com.br/verificacao/7DB6-C257-EA4C-7882 e informe o código 7DB6-C257-EA4C-7882

Município de Porto Feliz - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2026

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art 4º, § 2º, inciso I) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2024 (a)	% PIB	% RCL	II-Metas Realizadas em 2024 (b)	% PIB	% RCL	Variação (II-I) Valor (c) = (b-a)	Variação (II-I) % (c/a) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	454.207.725,00	28.387.982.812,500	100,298	466.966.793,58	29.185.424.598,750	94,516	12.759.068,58	2,81
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	434.848.606,00	27.178.037.875,000	96,023	466.966.793,58	29.185.424.598,750	90,487	32.118.187,58	7,39
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	453.643.706,00	28.352.731.625,000	100,173	478.277.669,17	29.892.354.323,125	94,398	24.633.963,17	5,43
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	446.643.706,00	27.915.231.625,000	98,628	478.277.669,17	29.892.354.323,125	92,942	31.633.963,17	7,08
Receita Total (COM FONTES RPPS)	53.258.093,75	3.328.630.859,375	11,760	50.442.126,45	3.152.632.903,125	11,082	(2.815.967,30)	-5,29
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	45.258.093,75	2.828.630.859,375	9,994	50.442.126,45	3.152.632.903,125	9,418	5.184.032,70	11,45
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	33.620.000,00	2.101.250.000,000	7,424	461.973.557,33	28.873.347.333,125	6,996	428.353.557,33	1274,1
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	33.620.000,00	2.101.250.000,000	7,424	461.973.557,33	28.873.347.333,125	6,996	428.353.557,33	1274,1
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	(11.795.100,00)	(737.193.750,000)	(2,605)	(11.310.875,59)	(706.929.724,375)	(2,454)	484.224,41	-4,11
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (I	(157.006,25)	(9.812.890,625)	(0,035)	(422.842.306,47)	###	(0,033)	(422.685.300,22)	269215,59
Dívida Pública Consolidada (DC)	12.000.000,00	750.000.000,000	2,650	10.327.091,11	645.443.194,375	2,497	(1.672.908,89)	-13,94
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-	-	-	(180.573.393,47)	###	-	(180.573.393,47)	
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	1.000.000,00	62.500.000,000	0,221	14.516.867,79	907.304.236,875	0,208	13.516.867,79	1351,69

Parâmetros	Valor Previsto 2024	Valor Realizado 2024
PIB Nominal	1,60	1,60
Receita Corrente Líquida - RCL	452.858.175,00	480.564.050,27

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 30/Abr/2025, 12h e 07m.

Assinado por 2 pessoas: LEONARDO VIEIRA DA ROCHA e CÉLIO PEIXOTO DOS SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://portofeliz.1doc.com.br/verificacao/7DB6-C257-EA4C-7882 e informe o código 7DB6-C257-EA4C-7882

Município de Porto Feliz - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2026

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art 4º, § 2º, inciso II) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	390.548.975,72	454.207.725,00	16,3	497.965.781,02	9,63	522.864.070,07	5	546.392.953,22	4,5	570.980.636,11	4,5
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	381.466.274,00	434.848.606,00	13,99	478.770.910,02	10,1	502.709.455,52	5	525.331.381,02	4,5	548.971.293,17	4,5
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	390.304.066,66	453.643.706,00	16,23	497.597.561,12	9,69	522.477.439,18	5	545.988.923,94	4,5	570.558.425,52	4,5
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	383.504.066,66	446.643.706,00	16,46	494.697.561,12	10,76	519.432.439,18	5	542.806.898,94	4,5	567.233.209,40	4,5
Receita Total (COM FONTES RPPS)	38.132.000,00	53.258.093,75	39,67	57.143.000,00	7,29	60.000.150,00	5	62.700.156,75	4,5	65.521.663,80	4,5
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	34.332.000,00	45.258.093,75	31,82	50.143.000,00	10,79	60.000.150,00	19,66	62.700.156,75	4,5	65.521.663,80	4,5
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	28.046.000,00	33.620.000,00	19,87	37.715.000,00	12,18	39.600.750,00	5	41.382.783,75	4,5	43.245.009,02	4,5
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	28.046.000,00	33.620.000,00	19,87	37.715.000,00	12,18	39.600.750,00	5	41.382.783,75	4,5	43.245.009,02	4,5
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V)	(2.037.792,66)	(11.795.100,00)	478,82	(15.926.651,10)	35,03	(16.722.983,66)	5	(17.475.517,92)	4,5	(18.261.916,23)	4,5
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI	4.248.207,34	(157.006,25)	-103,7	(19.425.302,20)	12272	3.676.416,34	-118,93	3.841.855,08	4,5	4.014.738,55	4,5
Dívida Pública Consolidada (DC)	13.000.000,00	12.000.000,00	-7,69	11.000.000,00	-8,33	10.000.000,00	-9,09	9.000.000,00	-10	8.000.000,00	-11,11
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	(69.416.380,98)	1.000.000,00	-101,44	1.000.000,00	0	1.000.000,00	0	1.000.000,00	0	1.000.000,00	0

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	426.489.245,21	474.647.072,63	11,29	497.965.781,02	4,91	500.348.392,41	0,48	502.753.913,53	0,48	506.241.895,96	0,69
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	416.570.707,86	454.416.793,27	9,09	478.770.910,02	5,36	481.061.679,92	0,48	483.374.476,46	0,48	486.728.009,16	0,69
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	426.221.798,39	474.057.672,77	11,22	497.597.561,12	4,97	499.978.410,70	0,48	502.382.153,05	0,48	505.867.556,32	0,69
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	418.796.028,39	466.742.672,77	11,45	494.697.561,12	5,99	497.064.535,10	0,48	499.454.268,44	0,48	502.919.358,76	0,69
Receita Total (COM FONTES RPPS)	41.641.097,30	55.654.707,97	33,65	57.143.000,00	2,67	57.416.411,48	0,48	57.692.451,92	0,48	58.092.707,90	0,69
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	37.491.402,30	47.294.707,97	26,15	50.143.000,00	6,02	57.416.411,48	14,51	57.692.451,92	0,48	58.092.707,90	0,69
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	30.626.933,15	35.132.900,00	14,71	37.715.000,00	7,35	37.895.454,55	0,48	38.077.644,23	0,48	38.341.817,52	0,69
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	30.626.933,15	35.132.900,00	14,71	37.715.000,00	7,35	37.895.454,55	0,48	38.077.644,23	0,48	38.341.817,52	0,69
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V)	(2.225.320,53)	(12.325.879,50)	453,89	(15.926.651,10)	29,21	(16.002.855,18)	0,48	(16.079.791,98)	0,48	(16.191.349,60)	0,69
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI	4.639.148,62	(164.071,53)	-103,54	(19.425.302,20)	11740	3.518.101,76	-118,11	3.535.015,72	0,48	3.559.540,77	0,69
Dívida Pública Consolidada (DC)	14.196.325,00	12.540.000,00	-11,67	11.000.000,00	-12,28	9.569.377,99	-13,01	8.281.192,49	-13,46	7.092.946,61	-14,35
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	(75.804.423,44)	1.045.000,00	-101,38	1.000.000,00	-4,31	956.937,80	-4,31	920.132,50	-3,85	886.618,33	-3,64

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 30/Abr/2025, 12h e 12m.

Assinado por 2 pessoas: LEONARDO VIEIRA DA ROCHA e CÉLIO PEIXOTO DOS SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://portofeliz.1doc.com.br/verificacao/7DB6-C257-EA4C-7882 e informe o código 7DB6-C257-EA4C-7882

Município de Porto Feliz - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2026

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso III) R$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio/Capital	21.608.164,38	3,62	21.608.164,38	4,02	21.608.164,38	5,52
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	575.370.959,74	96,38	515.556.112,06	95,98	369.789.038,10	94,48
TOTAL	596.979.124,12	100,00	537.164.276,44	100,00	391.397.202,48	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio	-	-	-	-	-	-
Reservas	1.409.561,96	(81,19)	1.409.561,96	2,72	1.409.561,96	(1,06)
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(3.145.649,41)	181,19	50.504.732,91	97,28	(134.369.461,11)	101,06
TOTAL	(1.736.087,45)	100,00	51.914.294,87	100,00	(132.959.899,15)	100,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 30/Abr/2025, 12h e 16m.

Assinado por 2 pessoas: LEONARDO VIEIRA DA ROCHA e CÉLIO PEIXOTO DOS SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://portofeliz.1doc.com.br/verificacao/7DB6-C257-EA4C-7882 e informe o código 7DB6-C257-EA4C-7882

Município de Porto Feliz - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2026

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art 4º, § 2º, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2024 (a)	2023 (b)	2022 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	150.225,72	176.636,72	682.690,05
Alienação de Bens Móveis	-	-	593.685,00
Alienação de Bens Imóveis	150.225,72	176.636,72	89.005,05
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimentos de Aplicações Financeiras	-	-	-
DESPESAS EXECUTADAS	**2024 (d)**	**2023 (e)**	**2022 (f)**
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DO REGIME DE PREVIDÊNCIA	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
SALDO FINANCEIRO	**2024 (g)=((Ia-IId)+IIIh)**	**2023 (h)=((Ib-IIe)+ IIIi)**	**2022 (i)=(Ic-IIf)**
VALOR (III)	1.009.552,49	859.326,77	682.690,05

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 30/Abr/2025, 12h e 17m.

Assinado por 2 pessoas: LEONARDO VIEIRA DA ROCHA e CÉLIO PEIXOTO DOS SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://portoferiz.1doc.com.br/verificacao/7DB6-C257-EA4C-7882 e informe o código 7DB6-C257-EA4C-7882

Município de Porto Feliz - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2026

AMF - Demonstrativo 6 (LRF,art.4º,§2º, inciso IV, alínea "a") — R$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2022	2023	2024
RECEITAS CORRENTES (I)	36.582.462,57	47.636.315,47	57.905.459,32
Receita de Contribuições dos Segurados	11.575.753,86	13.070.444,38	14.057.718,18
Ativo	11.284.765,67	12.731.413,69	13.651.731,58
Inativo	284.662,38	331.036,19	397.498,38
Pensionista	6.325,81	7.994,50	8.488,22
Receita de Contribuições Patronais	14.569.327,76	17.382.499,18	18.798.439,36
Ativo	14.569.327,76	17.382.499,18	18.798.439,36
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	5.274.103,43	7.003.759,98	7.463.332,87
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	5.274.103,43	7.003.759,98	7.463.332,87
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	5.163.277,52	10.179.611,93	17.585.968,91
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)[1]	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	5.163.277,52	10.179.611,93	17.585.968,91
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	**36.582.462,57**	**47.636.315,47**	**57.905.459,32**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2022	2023	2024
Benefícios	22.605.412,93	26.325.337,06	29.527.968,71
Aposentadorias	19.328.849,81	22.794.694,23	25.761.035,69
Pensões por Morte	3.276.563,12	3.530.642,83	3.766.933,02
Outras Despesas Previdenciárias	185.617,65	1.832.963,13	650.009,12
Compensação Financeira entre os Regimes	3.573,60	2.191,91	2.120,56
Demais Despesas Previdenciárias	182.044,05	1.830.771,22	647.888,56
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	**22.791.030,58**	**28.158.300,19**	**30.177.977,83**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)[2]	**13.791.431,99**	**19.478.015,28**	**27.727.481,49**

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2022	2023	2024
VALOR	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2022	2023	2024
VALOR	0,00	10.086.000,00	19.638.093,75

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	2022	2023	2024
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00	0,00	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	304.422.343,53	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	304.422.343,53	0,00	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2022	2023	2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	4.539,03	5.570,50
Investimentos e Aplicações	0,00	341.018.616,35	383.298.011,68
Outros Bens e Direitos	0,00	1.491,79	2.358.674,14

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 30/Abr/2025, 12h e 18m.

Assinado por 2 pessoas: LEONARDO VIEIRA DA ROCHA e CÉLIO PEIXOTO DOS SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://portofeliz.1doc.com.br/verificacao/7DB6-C257-EA4C-7882 e informe o código 7DB6-C257-EA4C-7882

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2022	2023	2024
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2022	2023	2024
Benefícios	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X)²	**0,00**	**0,00**	**0,00**

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	2022	2023	2024
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2022	2023	2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2022	2023	2024
Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2022	2023	2024
Despesas Correntes (XIII)	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (XIV)	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)²	**0,00**	**0,00**	**0,00**

BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	2022	2023	2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	2022	2023	2024
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	2022	2023	2024
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)²	**0,00**	**0,00**	**0,00**

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 30/Abr/2025, 12h e 18m.

Assinado por 2 pessoas: LEONARDO VIEIRA DA ROCHA e CÉLIO PEIXOTO DOS SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://portofeliz.1doc.com.br/verificacao/7DB6-C257-EA4C-7882 e informe o código 7DB6-C257-EA4C-7882

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c)=(a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d)=(d Exercício Anterior)+(c)
2025	0,00	0,00	0,00	396.517.378,92
2026	51.066.875,95	38.868.877,44	12.197.998,51	408.715.377,43
2027	51.716.478,06	40.848.715,97	10.867.762,09	419.583.139,52
2028	52.375.327,06	42.760.413,60	9.614.913,46	429.198.052,98
2029	53.043.569,90	45.110.477,29	7.933.092,61	437.131.145,59
2030	53.721.356,07	47.896.934,02	5.824.422,05	442.955.567,64
2031	54.408.837,63	50.396.417,43	4.012.420,20	446.967.987,84
2032	55.106.169,32	53.854.536,48	1.251.632,84	448.219.620,68
2033	55.813.508,54	56.263.665,31	(450.156,77)	447.769.463,91
2034	56.531.015,45	59.523.908,59	(2.992.893,14)	444.776.570,77
2035	57.258.852,99	62.439.422,07	(5.180.569,08)	439.596.001,69
2036	57.997.186,95	65.823.732,34	(7.826.545,39)	431.769.456,30
2037	58.746.186,01	69.211.057,14	(10.464.871,13)	421.304.585,17
2038	59.506.021,79	72.946.480,83	(13.440.459,04)	407.864.126,13
2039	60.276.868,94	76.587.449,81	(16.310.580,87)	391.553.545,26
2040	61.058.905,14	79.819.395,21	(18.760.490,07)	372.793.055,19
2041	61.852.311,20	83.886.742,27	(22.034.431,07)	350.758.624,12
2042	62.657.271,10	85.815.033,23	(23.157.762,13)	327.600.861,99
2043	63.473.972,04	88.915.286,01	(25.441.313,97)	302.159.548,02
2044	64.302.604,53	93.283.615,06	(28.981.010,53)	273.178.537,49
2045	65.143.362,42	96.318.738,77	(31.175.376,35)	242.003.161,14
2046	65.996.442,98	100.460.759,05	(34.464.316,07)	207.538.845,07
2047	66.862.046,97	102.675.712,84	(35.813.665,87)	171.725.179,20
2048	67.740.378,65	104.820.000,74	(37.079.622,09)	134.645.557,11
2049	68.631.645,93	106.894.300,19	(38.262.654,26)	96.382.902,85
2050	69.536.060,38	108.413.924,13	(38.877.863,75)	57.505.039,10
2051	70.453.837,31	111.325.825,03	(40.871.987,72)	16.633.051,38
2052	71.385.195,86	112.730.328,03	(41.345.132,17)	(24.712.080,79)
2053	72.330.359,03	113.692.501,27	(41.362.142,24)	(66.074.223,03)
2054	73.289.553,80	114.649.984,29	(41.360.430,49)	(107.434.653,52)
2055	74.263.011,16	115.332.851,98	(41.069.840,82)	(148.504.494,34)
2056	49.722.152,03	116.551.398,41	(66.829.246,38)	(215.333.740,72)
2057	50.219.373,55	117.276.843,63	(67.057.470,08)	(282.391.210,80)
2058	50.721.567,29	117.407.741,05	(66.686.173,76)	(349.077.384,56)
2059	51.228.782,96	117.381.837,98	(66.153.055,02)	(415.230.439,58)
2060	51.741.070,79	117.201.070,26	(65.459.999,47)	(480.690.439,05)
2061	52.258.481,50	117.882.917,68	(65.624.436,18)	(546.314.875,23)
2062	52.781.066,31	118.566.202,86	(65.785.136,55)	(612.100.011,78)
2063	53.308.876,98	119.250.909,45	(65.942.032,47)	(678.042.044,25)
2064	53.841.965,75	119.937.021,71	(66.095.055,96)	(744.137.100,21)
2065	54.380.385,40	120.624.524,52	(66.244.139,12)	(810.381.239,33)
2066	54.924.189,26	121.313.403,34	(66.389.214,08)	(876.770.453,41)
2067	55.473.431,15	121.988.766,66	(66.515.335,51)	(943.285.788,92)
2068	56.028.165,46	122.666.358,97	(66.638.193,51)	(1.009.923.982,43)
2069	56.588.447,12	123.346.128,02	(66.757.680,90)	(1.076.681.663,33)
2070	57.154.331,59	124.028.023,68	(66.873.692,09)	(1.143.555.355,42)
2071	57.725.874,90	124.711.997,91	(66.986.123,01)	(1.210.541.478,43)
2072	58.303.133,65	125.398.004,64	(67.094.870,99)	(1.277.636.349,42)
2073	58.886.164,99	126.085.999,74	(67.199.834,75)	(1.344.836.184,17)
2074	59.475.026,64	126.775.940,96	(67.300.914,32)	(1.412.137.098,49)
2075	60.069.776,91	127.467.787,81	(67.398.010,90)	(1.479.535.109,39)
2076	60.670.474,67	128.161.501,59	(67.491.026,92)	(1.547.026.136,31)
2077	61.277.179,42	128.857.045,25	(67.579.865,83)	(1.614.606.002,14)
2078	61.889.951,22	129.554.383,37	(67.664.432,15)	(1.682.270.434,29)
2079	62.508.850,73	130.253.482,09	(67.744.631,36)	(1.750.015.065,65)
2080	63.133.939,23	130.954.309,11	(67.820.369,88)	(1.817.835.435,53)
2081	63.765.278,63	131.656.833,54	(67.891.554,91)	(1.885.726.990,44)
2082	64.402.931,41	132.361.025,96	(67.958.094,55)	(1.953.685.084,99)
2083	65.046.960,73	133.066.858,28	(68.019.897,55)	(2.021.704.982,54)
2084	65.697.430,33	133.774.303,76	(68.076.873,43)	(2.089.781.855,97)
2085	66.354.404,64	134.483.336,95	(68.128.932,31)	(2.157.910.788,28)
2086	67.017.948,68	134.487.821,08	(67.469.872,40)	(2.225.380.660,68)
2087	67.688.128,17	135.224.512,55	(67.536.384,38)	(2.292.917.045,06)
2088	68.365.009,45	135.961.868,74	(67.596.859,29)	(2.360.513.904,35)
2089	69.048.659,55	136.699.898,61	(67.651.239,06)	(2.428.165.143,41)
2090	69.739.146,14	137.438.611,16	(67.699.465,02)	(2.495.864.608,43)
2091	70.436.537,60	138.178.015,43	(67.741.477,83)	(2.563.606.086,26)
2092	71.140.902,98	138.918.120,53	(67.777.217,55)	(2.631.383.303,81)
2093	71.852.312,01	139.658.935,61	(67.806.623,60)	(2.699.189.927,41)
2094	72.570.835,13	140.400.469,90	(67.829.634,77)	(2.767.019.562,18)
2095	73.296.543,48	141.142.732,64	(67.846.189,16)	(2.834.865.751,34)
2096	74.029.508,92	141.885.733,17	(67.856.224,25)	(2.902.721.975,59)
2097	74.769.804,01	142.629.480,86	(67.859.676,85)	(2.970.581.652,44)
2098	75.517.502,05	143.373.985,15	(67.856.483,10)	(3.038.438.135,54)
2099	76.272.677,07	144.119.255,51	(67.846.578,44)	(3.106.284.713,98)
2100	0,00	0,00	0,00	(3.106.284.713,98)

Assinado por 2 pessoas: LEONARDO VIEIRA DA ROCHA e CELSO LEITE DOS SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://portofeliz.1doc.com.br/verificacao/7DB6-C257-EA4C-7882 e informe o código 7DB6-C257-EA4C-7882

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c)=(a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d)=(d Exercício Anterior)+(c)
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00
2094	0,00	0,00	0,00	0,00
2095	0,00	0,00	0,00	0,00
2096	0,00	0,00	0,00	0,00
2097	0,00	0,00	0,00	0,00
2098	0,00	0,00	0,00	0,00
2099	0,00	0,00	0,00	0,00
2100	0,00	0,00	0,00	0,00

NOTA:
1 Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.
2 O resultado previdenciário poderá ser apresentado por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre).

Assinado por 2 pessoas: EDOARDO VELHO DE OLIVEIRA e GUILHERME DE OLIVEIRA SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://portofeliz.1doc.com.br/verificacao/7DB6-C257-EA4C-7882 e informe o código 7DB6-C257-EA4C-7882

Assinado por 2 pessoas: LEONARDO VIEIRA DA ROCHA e CÉLIO PEIXOTO DOS SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://portofeliz.1doc.com.br/verificacao/7DB6-C257-EA4C-7882 e informe o código 7DB6-C257-EA4C-7882

Município de Porto Feliz - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2026

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V) R$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR/PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2026	2027	2028	
IPTU/ISS	Concessão de isenção caráter não geral	Industria, Comércio e Prest. Serviços	3.500.000,00	3.500.000,00	3.500.000,00	Elevação na arrecadação de ITBI.
TOTAL			3.500.000,00	3.500.000,00	3.500.000,00	

Fonte da Renuncia:

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 30/Abr/2025, 12h e 32m.

Assinado por 2 pessoas: LEONARDO VIEIRA DA ROCHA e CÉLIO PEIXOTO DOS SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://portofeliz.1doc.com.br/verificacao/7DB6-C257-EA4C-7882 e informe o código 7DB6-C257-EA4C-7882

Município de Porto Feliz - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2026

LRF, art 4º, § 2º, inciso V

EVENTO	Valor Previsto 2026

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 30/Abr/2025, 12h e 34m.

Assinado por 2 pessoas: LEONARDO VIEIRA DA ROCHA e CÉLIO PEIXOTO DOS SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://portofeliz.1doc.com.br/verificacao/7DB6-C257-EA4C-7882 e informe o código 7DB6-C257-EA4C-7882

Município de Porto Feliz - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2026

ARF(LRF, art 4º, § 3º) R$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	3.000.000,00	Limitação de Empenho (Artigo 9º da LRF)	3.000.000,00
SUBTOTAL	3.000.000,00	SUBTOTAL	3.000.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustação na arrecadação devido a fatos não previstos á época da elaboração da peça orçamentária.	5.000.000,00	Limitação de Empenho (Artigo 9º da LRF)	5.000.000,00
SUBTOTAL	5.000.000,00	SUBTOTAL	5.000.000,00

TOTAL	8.000.000,00	TOTAL	8.000.000,00

FONTE:

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 30/Abr/2025, 12h e 05m.

Assinado por 2 pessoas: LEONARDO VIEIRA DA ROCHA e CÉLIO PEIXOTO DOS SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://portofeliz.1doc.com.br/verificacao/7DB6-C257-EA4C-7882 e informe o código 7DB6-C257-EA4C-7882

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 7DB6-C257-EA4C-7882

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

LEONARDO VIEIRA DA ROCHA (CPF 416.XXX.XXX-70) em 30/04/2025 13:53:33 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

CÉLIO PEIXOTO DOS SANTOS (CPF 369.XXX.XXX-64) em 30/04/2025 14:15:25 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://portofeliz.1doc.com.br/verificacao/7DB6-C257-EA4C-7882